

LEI Nº 780/84

Dispõe sôbre o serviço de limpeza pública no municipio de Várzea ' Grande, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

PREAMBULO E DEFINIÇÕES

Artº 1º- O serviço de limpeza pública tem por finalidade 'manter limpa a àrea do municipio mediante a coleta, transporte e destinação final do lixo.

Art. 2º- Para os efeitos desta lei, lixo é o conjunto he-' terogênero constituído por materiais sólidos residuais provenientes das atividades humanas.

- Art. 3º- Cabe à Prefeitura a remoção de:
 - a)- resíduos domiciliares;
 - b)- materiais de varredura domiciliar;
 - c)- resíduos originários de restaurantes, bares, ho-'
 téis, recintos de exposições, edifícios públicos'
 em geral, dos demais estabelecimentos comerciais'
 e industriais até cem (100) litros de lixo diário.
 - d)- resíduos originários de estabelecimentos hospitalares;
 - e)- restos de limpeza e de podação de jardim;
 - f)- entulho, terra e sobras de materiais de construção, desde que caibam em recipientes de cinquenta (50) litros;
 - g)- restos de móveis, de colchoes, de utensílios, de mudança e outros similares em pedaços, que fiquem contidos em recipientes de até cem (100) litros;



h)- animais mortos, de pequeno porte.

§ Único- Os volumes estabelecidos na alínea "c" "in fine", deste artigo, são os máximos tolerados por dia.

Artº 4º- Compete à Prefeitura

- a)- a conservação da limpeza pública executada ' na àrea do municipio;
- b)- a raspagem e remoção de terra, areia, e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos pavimentados;
- c)- a capinação do leito das ruas e a remoção do produto resultante;
- d)- a limpeza das àreas em aberto;
- e)- a limpeza e desobstrução de bueiros e galerias pluviais;
- f)- a destinação final dos resíduos para aterros sanitários, incineradores, usina de tratamento e outros afins.

Artº 5º- A execução dos serviços de limpeza pública de competência da Prefeitura, poderá ser realizada diretamente e ou por firmas especializadas, previamente cadastradas, observadas as disposições pertinentes.

§ Único- O desrespeito às disposições desta lei, por 'parte da firma credenciada, acarretará a sua suspensão e, na reinci-'dencia, de igual infração, a cassação do certificado de credenciamento, sem prejuizo das multas cabíveis.

Artº 6º- Mediante o pagamento do preço de serviço pú-' blico, fixado pelo Executivo, poderá a Prefeitura proceder a remoção' do seguinte lixo:

- a)- animais mortos, de grande porte;
- b)- móveis, colchoes, utensilios, sobras de '
 mudanças e outros similares, cujos volu-'
 mes excedam o limite fixado no artigo 3º,'
 letra "g";



- c)- resíduos industriais de volume superior a 'cem (100) litros;
- d)- entulho, terra e sobras de materiais de construção, de volume superior a cinquenta!
 (50) litros diários;

Artº 7º- A seu critério, a Prefeitura poderá não realizar a remoção prevista no artigo 6º, indicando, neste caso, o local do des tino do referido lixo, bem como do abaixo discriminado, cabendo ao municípe interessado todas as providencias, inclusive as despesas com a remoção entre outras atinentes:

- a)- folhagem e resíduos vegetais de chácaras ' sítios e propriedades equivalentes;
- b)- resíduos líquidos ou pastosos de qualquer' natureza:
- c)- lotes de mercadorias, medicamentos, gêne-'
 ros alimentícios e outros condenados pela'
 autoridade competente;
- d)- materiais radioativos.

CAPITULO II .

ACONDICIONAMENTO DO LIXO E APRESENTAÇÃO À COLETA

Artº 8º- O lixo a ser coletado regularmente deverá apresentar-se dentro de um ou mais recipientes com capacidade mínima de cinquenta (50) litros cada, e no máximo cem (100) litros, cujas caracteristicas serão estabelecidas em decreto.

§ 1º- É proíbido acumular lixo com o fim de utiliza-lo' ou remove-lo para outros locais que não os estabelecidos pelo Prefeitura, salvo os casos expressamente autorizado pela Prefeitura.

§ 2º- A Prefeitura, a seu critério, poderá executar os serviços de remoção do lixo acumulado a que se refere o parágrafo anterior, cobrando o custo correspondente, em dobro, sem prejuizo da multa cabível.

Artº 9º- Não será permitida a instalação ou uso de inci



nerador para queima de lixo em residencias, edificios, estabelecimentos comerciais ou industriais e outros a não ser em casos especiais, previstos em legislação própria.

Artº 10º- Toda edificação construída a partir da públicação desta lei, seja qual for a sua destinação, deverá ser dotada de 'abrigo para recipiente de lixo, situado no alinhamento da via pública,' segundo modelo, localização e especificação a serem previstos em regulamento.

§ Único- A Prefeitura, a seu critério, poderá permitir para a finalidade prevista no " caput" deste artigo, o uso de contenedo res, caçambas metálicas ou outros recipientes apropriados, na forma a ' ser regulamentada pelo Executivo.

CAPITULO III

COLETA E DESTINAÇÃO FINAL POR PARTICULARES

Artº 11º- A coleta regular do lixo ou resíduos de qual quer natureza por particulares, só será feita sepermitida, expressamente pela Prefeitura, sob pena de apreensão do veículo utilizado naquela atividade, sem prejuízo da multa cabível.

Artº 12º- A utilização de restod de alimentos ou de la valgem de cozinha para engorda de animais, só será permitida mediante co cção previa.

§ 1º- A utilização prevista neste artigo fica proibida no caso de restos ou lavagem provenientes de estabelecimentos hospitala res e assemelhados.

§ 2º- A não obdiência ao disposto neste artigo sujeita rá tanto o criador quanto ao fornecedor dos detritos às sanções estabelecidas.

Artº 13º- Todo o lixo previsto no artigo 7º ou qual- 'quer outro material que for encaminhado aos incinerares da Prefeitura 'está sujeiro ao pagamento de preço do serviço público para incineração, fixado em decreto.

§ Único- A incineração de que trata este artigo poderá ser atestada pela Prefeitura e acompanhada por interessados, devidamen-



te autorizados.

CAPITULO IV

DA VARRIÇÃO E DA CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA

Artº 14º- A varredura dos prédios e dos passeios públicos a 'eles fronteiriços deve ser recolhida em recipiente, proibido encami-'nha-lo para a sarjeta ou leito da rua.

Artº 15º- Qualquer ato que perturbe, prejudique, ou impeça a' execução da varrição ou de outros serviços de limpeza pública, sujeitará o infrator às sanções previstas nesta Lei.

- § 1º- A solicitação de remoção de veículos estacionados que 'impeçam a execução dos serviços de limpeza pública, deverá ser prontamente atendida, sob pena de apreensão do veículo e pagamento das multas atendida, e das despesas decorrentes.
- § 2º- A assinalação ou reserva, por particulares de lugares, locais ou estacionamentos ou de entrada e saída de veículos, com cavalletes ou outros objetos, será punida com a apreensão desses materiais, sem prejuizo da multa prevista.
- Artº 16º- Os executores de obras ou serviços em logradouros 'públicos deverão manter os locais de trabalho permanentemente limpos.
- § 1º- O executor que não cumprir as determinações da autoridade competente ficará sujeito às sanções previstas.
- § 2º- A remoção de todo o material remanescente, bem como a' varrição e lavagem do local, deverão ser providenciados imediatamente após a conclusão das obras ou serviços.
- § 3º- Os serviços de limpeza previstos neste artigo poderão' ser executados pela Prefeitura, a seu critério, cobrado o custo correspondente, em dobro, sem prejuízo das multas cabíveis.

Artº 17º- Todos os estabelecimentos comerciais deverão dis-'
por, internamente, de recipientes para lixo, em quantidade adquada e
instalados em locais visíveis, para uso público.

§ Unico- O disposto neste artigo aplica-se aos vendedores ambulantes, bancas de jornal.

Artº 18º- É proibido expor ou depositar nos passeios, cantei-



ros, jardins, àreas e logradouros públicos quaisquer materiais, mercado rias, objetos, mostruários, cartazes materiais de construção, entulho, terra e residuos de qualquer natureza, sob pena de apreensão dos mesmos e pagamento das despesas de remoção.

§ Unico- O disposto neste artigo aolica-se a veiculos abandonados na via pública por mais de cinco dias consecutivos.

Artº. 19º- É proibido lançar ou atirar nas vias, praças, 'jardins, escadarias e quaisquer àreas ou logradouros públicos, papeis, 'invólucros, cascas, restos, residuos, lixo de qualquer natureza, bem como confete e serpentina, exceto estes dois últimos, em dias de comemorações especiais.

Artº 20º- É proibido, nas vias e logradouros públicos, pu-' blictdade ou propaganda, de qualquer natureza, mediante a distribuição ' de panfletos, comunicadas ou material impresso, distribuidos manualmente, atirados de veículos, áeronaves, edificações ou oferecidos em mostruários ou qualquer outra forma.

§ 1º - Os infratores terão apreendidos os materiais referi- dos no Caput do presente artigo, sumariamente, sem prejuizo da multa prevista.

\$ 2º - O disposto neste artigo não se aplica a materiais previstos em regulamentação específica.

Artº 21º- É proibido descarregar ou despejar águas servidas' de qualquer natyreza em vias, praças, jardins, escadarias, vielas, passa gem e quaisquer àreas ou logradouros públicos.

§ Único- Excluem-se da restrição deste artigo as águas de prédios cuja construção não permita o escoamento para o interior desde que a lavagem e a limpeza de passeio sejam feitas entre as 22:00 e 10:00 horas e, no perimetro central, entre 23:00 e 7:00 horas.

Artº 22º- É proibido derramar óleo, gordura, graxa, tinta,' líquido de tinturaria, nata de cal ou de cimento, no passeio ou leito das vias e logradouros públicos.

Artº 23º- É proibido preparar concreto e arga massa sobre os passeios e leitos de logradouros públicos pavimentados.



- § 1º- Poderá ser permitida a utilização do passeio para esse' fim, desde que utilizados caixas ou tabuados apropriados, não ocupando, mais de um terço da largura do passeio.
- § 2º- Ao infrator serão aplicadas as sanções previstas, inclusive apreensão e remoção do material usado sem prejuizo da obrigação da limpeza do local e da reparação dos danos eventualmente causados.
- § 3º- Os serviços previstos no parágrafo anterios poderão ser executados pela Prefeitura, a seu critério em dobro, o custo correspondente, sem prejuizo da multa cabível.

Artº 24º- O trasporte, em veículos, de residuos, terras, agregados, ossos, adubo, lixo curtido e qualquer material a granel, deve ''s ser executado de forma e não provocar derramementos na via pública e poluição local devendo ser respeitadas as seguintes exigencias:

- a) os veículos com terra, escória, agregados e materiais a 'granel deverão trafegar com carga rasa, limitada à borda da caçamba, sem qualquer coroamento e ter seu equipamento de rodagem limpo antes de atingirem a via pública.
- b)- Serragem, lixo curtido, adubo, fertilizante e similares de verão ser transportados atendendo ao previsto na alinea anterior e com 'cobertura que impeça seu espalhamento;
- c)- Fossas ou poços absorventes e outros produtos pastosos que exalem odores desagradáveis só poderão ser transportados em carrocerias estanques e totalmente fechadas
- § Único- Durante a carga e a descarga dosveículos deverão ser adotadas precauções para evitar prejuizos à limpeza das vias e logradou ros públicos, devendo o morador ou responsável pelo prédio ou pelos ser viços providenciar imediatamente a retirada do material e a limpeza do local, recolhendo todos os detritos, sob pena de aplicação, a qualquer dos dois, das sanções previstas.

CAPITULO V:

DA LIMPEZA DOS TERRENOS E REAS LIVRES

Artº 25º- Em qualquer àrea ou terreno, assim como ao longo ou no leito de rios, canais, corregos, lagos, e depressoes, bueiros, vale-



ta de escoamento, poço de visita e em outros pontos do sistema de águas pluviais, é proibido depositar ou lançar lixo, residuos, detritos ani-' mais mortos, mobiliário usado, folhagens, material de podação, terra, ' residuos de limpeza de fossas ou poços absorventes, óleo, gordura, graxa, tintas e quelquer material ou sobras.

Artº 26º- Os responsáveis por imóveis não edificados deverão mante-los limpos, capinados, desinfetados e drenados, na forma e sob as sanções previstas na lei específica.

Artº 27º- A limpeza das àreas, ruas internas, entradas e serviços comuns dos agrupamentos de edificações constitui obrigação dos proprietários e usuários, que deverão colocar os resíduos recolhidos em pontos de coleta que facilitem a remoção pela Prefeitura.

CAPITULO VI

DISPOSIÇOES GERAIS

Artº 28º- É proibido riscar, borrar e escrever nos seguintes locais:

- a)- árvores de logradouros públicos;
- b)- estátuas e monumentos;
- c)- gradis, parapeitos, viadutos, pontos, canais e túneis;
- d)- postes de iluminação, placas indicadoras de trânsito, hidratantes, nas caixas do correio, de telefone, de alarme' do incendio e de coleta de lixo;
- e)- guias de calçamento, nos passeios e revestimentos de lo-' gradouros públicos bem assim nas escadarias de edifici-' os públicos ou particulares;
- f)- colunas, paredes, muros, tapumes, edificios e próprios '
 públicos e particulares;
- g)- colunas ou outros equipamentos urbanos;

Artº 29º- É proibido produzir poeira ou borrifar líquidos que incomodem os vizinhos ou transeuntes, quando da construção, demolição, reforma, pintura ou limpeza das fachadas de edificações.

Artº 30º- É proibido obstruir, com material de qualquer naturreza, boeiro, sarjetas, valas, e outras passagens de águas pluviais, co



mo reduzir sua vazão pelo uso de tubulações, pontilhões ou outros dispositivos.

Artº 31º- É proibido lavar ou reparar veículos ou qualquer ti po de equipamento em vias ou logradouros públicos.

Artº 32º- É proibido realizar a triagem ou cotação, no lixo 'de qualquer objeto, material, resto ou sobra, mesmo se de valor insignificante seja qual for sua origem, sujeitando-se o infrator às previstas' e apreemsão do produto da coleta.

§ Único- A triagem só será permitida em casos expressamente 'autorizados, a critério da Prefeitura.

Artº 33º- É proibido atear fogo ao lixo.

Artº 34º- Os infratores das disposições desta lei ficarão sujeitos à aplicação das multas previstas na tabela anéxa, sem prejuizo de outras sanções ora estatuidas ou estabelecidas em legislação própria.

Artº 35º- As multas pela infração do disposto no artigo 9º e' nos artigos 12 e 15 somente se aplicam em logradouros públicos onde a colleta de lixo oficial é regular, durante tres dias por semana, no mínimo.

CAPITULO VII

| | VIII I I OILO VIII | | | |
|---|--------------------|-------------------|---------|-----------------|
| | Artº 36º- | ARTIGO INFRINGIDO | SANÇOES | MULTA APLICAVEL |
| Z | | 80 | | 1/2- U.P.F. |
| | | 80 8 10 | | 1- U.P.F. |
| | | 9 2 | | 10- U.P.F. |
| | | 11 | | 10- U.P.F. |
| | | 12,§ 2º | | 5- U.P.F. |
| | | 14 | | 1- U.P.F. |
| | | 15 | | 1- U.P.F. |
| | | 15 § 1º | | 1- U.P.F |
| | | 15 § 2º | | 2- U.P.F. |
| | | 16 § 1º | (19) | 2- U.P.F. |
| | | 16 § 2º | | 2- U.P.F. |
| | ¥2 | 17 | | 1- U.P.F. |
| | | 18 | | 10- U.P.F. |
| | * | 18 § único | | 10-U.P.F. |

| ARTIGO INFRINGIDO | SANÇOĚS | MULTA APLICAVEL |
|---------------------|---------|-----------------|
| 19 | | 1/2- U.P.F |
| 20 | | 10- U.P.F. |
| 21 | | 2- U.P.F. |
| 22 | | 10- U.P.F. |
| 23 § 2 º | | 5- U.P.F. |
| 24, letra "a" | | 5- U.P.F. |
| 24, letra "b" e "c" | | 5- U.P.F. |
| 24. § único | | 5- U.P.F. |
| 25 | | 2- U.P.F. |
| 28 | | 10- U.P.F. |
| 29 | | 2- U.P.F.(dia) |
| 30 | | 5- U.P.F. |
| 31 | | 2- U.P.F. |
| 32 | | 1- U.P.F. |
| 33 | t) | 5- U.P.F. |

Artº 37º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Várzea Grande- NA. 08 de maio de 1984

Jaime Verissimo de Campos

Prefeito Municipal